



| |
|---|
| ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA Gabinete do Presidente |
| N.º de Entrada 373760 |
| Classificação 14 |
| Data 2010/10/11 |

À 9.ª Comissão.
11.10.10

AV

A
Sua Excelência o Presidente da Assembleia da República e ex um dossier Palácio de S. Bento contendo 4 documentos em estruturas.

= entregue em mão = 10.10.10

Ambar

| | | | |
|------------|------|----------|------|
| N/OFÍCIO | DATA | V/OFÍCIO | DATA |
| 2010-10-11 | 864 | | |

ASSUNTO: Entrega da Petição " NÃO À PRIVATIZAÇÃO DOS CTT!"

Exmo. Senhor,

Para os efeitos previstos na Constituição da República Portuguesa enviamos em anexo a Petição "Não à privatização dos CTT!", promovida por este Sindicato, com um total de 17.971 assinaturas.

As folhas em que constam as assinaturas encontram-se agrupadas em duas pastas (Pasta 1, folhas 0001 a 00390 com 10000 assinaturas e a Pasta 2, folhas 0391 a 0724 com 7971 assinaturas) que entregamos em anexo a este ofício.

Com os nossos respeitosos cumprimentos,

P'la Direcção do SNTCT

José Oliveira
Membro do Executivo da
Direcção Nacional do SNTCT



Assembleia da República
 Gabinete do Presidente
 N.º de Entrada 37-3089
 Classificação
15/01
 Data
10/10/04

PETIÇÃO

Ao
 Exmo. Senhor
Presidente da Assembleia da República
 Palácio de S. Bento
 LISBOA

NÃO Á PRIVATIZAÇÃO DOS CTT

Os peticionantes abaixo-assinados, cidadãos e cidadãs portuguesas, confrontados com os propósitos do Governo da República em privatizar os CTT – Correios de Portugal no próximo futuro, não podem deixar de, em sã consciência, manifestar o seu veemente repúdio perante tal propósito.

Os CTT – Correios de Portugal de hoje são herdeiros de quase 500 anos de história de prestação de bons serviços postais aos portugueses, com uma qualidade reconhecida quer a nível nacional quer internacional. Hoje, apesar da má administração do serviço público de correios levada a cabo pelos últimos Conselhos de Administração dos CTT - compostos por Gestores Públicos nomeados pelos sucessivos Governos - que deterioraram e continuam a deteriorar a qualidade do serviço prestado às populações em favor do lucro, ainda assim o Serviço Público Postal prestado pelos CTT, prestado pelo Estado, continua a ser o garante do acesso de todos os cidadãos, em igualdade e a preços acessíveis, á comunicação escrita.

Assim, porque os exemplos de anteriores privatizações de serviços públicos demonstram á evidência que aqueles que os compraram apenas querem deles retirar o máximo de lucro em desfavor a prestação do serviço público e porque entendemos que os CTT – Correios de Portugal se devem manter no âmbito do Sector Empresarial do Estado, pedimos á Assembleia da República que, no âmbito das suas competências legisle no sentido de que:

- Os CTT – Correios de Portugal, concessionários do Serviço Público Postal, não possam ser alienados, no todo ou em parte, do Sector Empresarial do Estado e se mantenham com 100% de capital Estatal;
- Os CTT – Correios de Portugal continuem obrigados a prestar um Serviço Público Postal de qualidade, a preços acessíveis e controlados, disponibilizado a todos os cidadãos independentemente do seu poder económico e localização geográfica;
- Os CTT – Correios de Portugal cumpram a sua obrigação de manutenção e melhoria da Rede Pública Postal e de correcta guarda do património físico e de imagem que lhe estão confiados;
- Os CTT – Correios de Portugal sejam impedidos de continuarem a encerrar Estações de Correio (mesmo que transformando-as em Postos de Correio explorados por terceiros) e sejam obrigados a reporem, como é também sua obrigação legal, a Distribuição Diária e Domiciliária de Correio a todos os cidadãos;
- Os CTT – Correios de Portugal sejam impedidos de recorrerem ao *dumping social e laboral* como têm vindo a fazer e que apenas possam recorrer a trabalhadores do seu quadro de pessoal para a execução de todas a tarefas conexas á prestação do Serviço Público Postal;

Por último, os peticionantes exigem da Assembleia da República que, enquanto garante da Soberania Nacional, recuse e impeça a transposição da 3ª Directiva Postal da União Europeia para a Legislação Nacional como forma de garantia do futuro e da qualidade do Serviço Público Postal e da Rede postal Pública Portuguesa.

Portugal.

Os/As Peticionantes abaixo-assinados

| NOME | Nº B.I. | LOCALIDADE | ASSINATURA |
|------|---------|------------|------------|
|------|---------|------------|------------|